

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

9 mar 2017 | O Globo

CRISTIANE JUNGBLUT crisjung@bsb.oglobo.com.br RENATO GRANDELLE renato.grandelle@oglobo.com.br

Comissão do Senado aprova união estável homoafetiva

Projeto poderá alterar Código Civil, transformando em lei o entendimento do Supremo Tribunal Federal

“O preconceito ainda está presente, uma grande camada da população não aceita os homossexuais” Marcelle Esteves Vice-presidente do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT

-BRASÍLIA E RIO- A Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) aprovou ontem, com 17 votos e uma abstenção, um projeto que muda o Código Civil para reconhecer legalmente a união homoafetiva e permitir a conversão dessa união em casamento.



ANA BRANCO/23-11-2014

Coletivo. Casamento LGBT na Zona Portuária do Rio: mudanças darão segurança e facilitarão a união dos casais

— A lei é necessária porque dá segurança para as pessoas do mesmo sexo chegarem ao cartório e poderem fazer seu casamento. É um direito à felicidade e à cidadania — explica a senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), autora do projeto. — O Supremo Tribunal Federal já havia dito, em 2011, que uniões heterossexual e a

homoafetiva são equivalentes, e a situação da família acolhe possibilidades inovadoras. Resolvemos fazer o projeto porque o Conselho Nacional de Justiça teve que fazer uma resolução dizendo que os cartórios são obrigados a reconhecer isso, mas uma resolução não tem poder de lei.

Hoje, o Código Civil considera como entidade familiar "a união estável entre o homem e a mulher". Pelo projeto, esta definição muda para "união estável entre duas pessoas". Já o conceito de casamento como a vontade de estabelecer um vínculo conjugal "entre homem e mulher" muda para "entre duas pessoas".

Presidente da Comissão de Direito Homoafetivo da OAB-RJ, Raquel Castro elogia a adequação do Código Civil ao entendimento do STF:

— A lacuna legal foi preenchida. E vemos como as pessoas já não entendem mais a família pelo tripé formado por pai, mãe e filho. Família é construída por afeto.

Estilista e militante de direitos humanos, Carlos Tufvesson avalia que o reconhecimento do casamento homoafetivo, assim como o direito à adoção, derruba uma noção antiquada de que os homossexuais abdicam da constituição de uma família em prol das relações sexuais. Há, no entanto, outros itens ainda carentes de discussão. — A solução do casamento já foi resolvida pelo Judiciário, mas a homofobia ainda é ignorada pelo Congresso — critica. — Um homossexual é morto a cada 23 horas. Este número cresce continuamente há dez anos, mas é tratado como uma banalidade, como se estas vítimas estivessem à margem da cidadania. São crimes hediondos, embora não sejam tratados desta maneira.

Para Marcelle Esteves, vicepresidente do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT, a aprovação do projeto de lei no Senado é "fundamental" porque traz à tona o debate sobre a igualdade de direitos. Ainda assim, o caminho para o reconhecimento da união de homossexuais é longo, e enfrenta resistência na própria sociedade.

— O resultado da votação destoa de nossa realidade: o preconceito ainda está presente, uma grande camada da população não aceita os homossexuais — pondera. — Ainda assim, a discussão no Senado torna inquestionáveis os direitos adquiridos pela comunidade LGBT, e representa uma resistência à onda conservadora que vivemos. É um pacto de cidadania. DEPUTADOS CONSERVADORES PROTESTAM Após uma nova votação na CCJ, prevista para a semana que vem, o texto seguirá para a Câmara dos Deputados, onde alguns parlamentares já orquestram manobras para vetar o projeto.

Em uma rede social, o deputado Flavinho (PSB-SP) deixou clara sua posição contra o texto: "Se vier para a Câmara, trabalharei contra este projeto que visa destruir a família tradicional formada por homem e mulher".

Sem citar o projeto, Bolsonaro retuitou uma mensagem em que "lembra" que 8 de março é o Dia da Mulher e que, para "homem que usa saia, maquiagem etc: seu dia é o 1º de abril".

Mesmo diante da oposição de deputados conservadores, especialmente da bancada religiosa, Raquel Castro, da OAB, declara-se "esperançosa" com a aprovação do projeto de lei.

— Não se deve misturar duas áreas: uma sobre direitos e legislação, onde o Estado deve lutar pelo bem de todos, e a religião. Cada pessoa deve seguir os seus preceitos.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#)